
EDITORIAL

O serviço militar, cujo exercício é obrigatório, é o contributo prestado por cada cidadão, no âmbito militar, à defesa da Pátria.

Defesa da Pátria no sentido da «ordem militar», como Instituição corporizada nas Forças Armadas que são uma componente — a da última intervenção — do complexo pluridisciplinar e intersectorial em que se articula a Defesa Nacional.

Provindo de um conceito que remonta ao tempo da Revolução Francesa, a estruturação das Forças Armadas assenta na prestação do serviço militar, de exercício obrigatório, por parte dos cidadãos.

Elas serão, na sua essência, a resultante da integração concertada de elementos humanos e materiais, representando a própria força da Nação, quando subscritas por uma vontade de entender e de defender os seus valores e virtualidades.

Nelas estará a Nação comprometendo o melhor de si mesma, para se atribuir a força necessária à condução, livre e independente, dos seus desígnios.

Razão pela qual o serviço militar não poderá, jamais, ser sinónimo ou motivo de preocupação e de angústia para o jovem incorporado. Para tanto, este terá de ser valorizado através de adequada e maior qualificação, consciencializado em relação às naturais limitações de ordem material e esclarecido e motivado sobre a nobreza da missão que lhe estará confiada.

E nunca será demais insistir em que a formação e a informação dada aos cidadãos e, em particular, à juventude, clarifique o significado das Forças Armadas como a razão, ao serviço do direito e da existência e duração da Nação, se aptas e capazes

de dissuadir quem quer que ponha em causa, ainda que veladamente, a construção do seu futuro.

As Forças Armadas vivificam um corpo social que não procede unicamente da História, como as classes ou as castas, mas que responde a uma necessidade permanente das sociedades, tendo em vista a sua projecção no porvir e na História.

Por isso mesmo, vedado lhes estará o exercício pleno da função que lhes incumbe, no âmbito da defesa nacional ou pelo legítimo projecto de vida de um povo, se não se conservarem intactas, unânimes em si mesmas e com a Nação.

A sua utilidade ficará seriamente comprometida se forem discutidas, ou, mais grave até, se nelas se instalar o germen da disputa intestina.

Desejável seria que se erradicassem, dos espíritos e das mentes, as ideias e confusões amiúde inconscientemente aceites, ou por forma deliberada sugeridas, acerca da Instituição Militar e das Forças Armadas.

Deturpações que ocorrerão, concerteza, porque estas, perante um compreensível idealismo de paz universal, se oferecem alvo fácil de inversão conceptual.

É que a força das armas cujo emprego, em derradeira instância, lhes é imposto como razão da força, só será de encarar na fronteira mais conseguida dos limites da força da razão, que é o entendimento.

Ninguém duvidará, por certo, que no entendimento humano reside a hipótese da paz tão desejada.

As nações não sobrevivem pela força, mas quantas vezes por engenho e arte, por mutações qualitativas, ou por insondáveis retornos de inteligência.

Em todo o caso, o cidadão-militar estará primeiro, como Homem, em relação às armas de que disponha. Estas, para ele, reservar-se-ão sempre a uso exclusivo no tocante a uma intransponível e definitiva oposição do exterior.

O militar sentir-se-á armado, acima de tudo, com fé e confiança nas capacidades da Nação, para defender a Pátria comum. A esta concede, por natureza, a mais activa, dedicada e última militância.

A força das armas não pode ser tomada como a razão única do militar, a quem os concidadãos terão de reconhecer como emanção nacional e patriota de corpo e a tempo inteiro.

Não é concebível que o ser-se nacionalista e defensor da Pátria instile medo e, muito menos, veicule uma imagem ostensiva ou violenta.

A agressividade, pelas armas, só terá lugar contra um inimigo eventual.

O estado militar acarreta, para quem o vive, um permanente sacrifício pelos amigos.

Como ser humano, mais que não seja, o militar preza a Paz, mais que ninguém.

Quando noções como estas não estejam, no mínimo, entendidas, e enquanto o respeito devido pela dignidade institucional das Forças Armadas não for interiorizado e admitido, dificilmente se apreenderá, em toda a sua dimensão, a mais valia e a superior finalidade do serviço militar.

Uma Nação que o não haja compreendido estará, por certo, doente em alguma parcela do seu tecido social.

E não residirá nas leis, mas nas consciências, o ponto de aplicação dos antídotos eficazes.